



Conselho de Opinião  
Comissão Permanente

27-11-2013

# Visita de Trabalho à Região Autónoma dos Açores



**Delegação do Conselho de Opinião:****Presidente -** *Manuel Coelho da Silva***Vice-Presidente -** *Rui Oliveira e Costa***Conselheiros -** *Daniel Soares de Oliveira**Deolinda Machado**Diogo Henriques**José Rebelo*

Acompanhou ainda a Delegação o Conselheiro José Lourenço indicado pela Assembleia Legislativa dos Açores.

Assessor do CO: António Capela

**ENTIDADES CONTACTADAS**

21.11	Associação dos Municípios Região Autónoma dos Açores	Roberto Monteiro
21.11	Comissão Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho	Assembleia Legislativa Regional – Deputados: Francisco Coelho (Presidente) José Andrade Isabel Rodrigues Graça Silva André Bradford José Contente Pedro Moura Paulo Borges Joaquim Machado Luis Garcia Luis Rendeiro Anibal Pires Graça Silveira Zuraida Soares
21.11	Presidente do Governo Regional dos Açores	Vasco Cordeiro
22.11	Centro Regional dos Açores da RTP	Luis Mauricio Sidónio Bettencourt

Período da visita: de 20 a 22 de Novembro de 2013



#### A- ELEMENTOS DE DESTAQUE COMUNS A TODOS OS INTERVENIENTES:

1. A Rádio e a Televisão públicas Regionais continuam a ser vistos como um instrumento de fulcral relevância para a manutenção e reforço da identidade regional e um dos fatores mais importantes de união e coesão social cultural de todos os açorianos;
2. Funcionam ainda como fator identitário entre os açorianos residentes, assumindo natureza estratégica de contacto com a diáspora;
3. É reconhecido por todas as entidades contactadas que a obrigação de prestação do serviço público de rádio e televisão deve ser assumida e assegurada pelo Estado;
4. No entanto, face à realidade atual, quer do País quer da Empresa concessionária, novos desafios são colocados, nomeadamente no que diz respeito ao modelo futuro de prestação do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores;
5. Existe um consenso alargado sobre a necessidade de encontrar uma arquitetura e um modelo de financiamento e gestão que assegure a manutenção da prestação daquele serviço público, reconhecendo que o modelo atual está esgotado e desajustado, sendo pouco eficaz quanto à concretização daquele objetivo;
6. É reconhecida a necessidade de serem apresentadas alternativas credíveis e sustentáveis para a continuidade dessa prestação, nomeadamente no seu modelo de financiamento, não deixando de ser assegurada a sua autonomia enquanto serviço público;
7. Vários aspetos foram referidos quanto ao projeto futuro, nomeadamente a questão da constitucionalidade de uma eventual subconcessão do serviço público;
8. Foi também referida a necessidade de estabelecer objetivos e o acompanhamento da sua concretização, por parte da RTP, S.A., em Lisboa, nomeadamente através da intervenção mais ativa e célere do seu Conselho de Administração;
9. Não tendo sido posto em causa o pluralismo, neutralidade e a independência, foi, no entanto, questionado que ao centralismo de Lisboa não se substituísse o da "RTP de S. Miguel";
10. Tal facto deve-se à pouca intervenção, participação e contribuição das restantes ilhas, circunstância que se ficará a dever ao facto da maioria dos trabalhadores se encontrar sediado nesta ilha, num total de 107, havendo ainda 13 na Ilha Terceira e 9 na Horta. Foi, contudo, realçado que a maioria da população do arquipélago se concentra na ilha de S. Miguel, o que não deverá ser impeditivo de se criarem mecanismos de participação de todas as ilhas;



11. A deslocação de profissionais, e os custos que tais deslocações acarretam, aparecem referidos como uma das causas do acréscimo de custos, sendo por isso necessário encontrar soluções alternativas, designadamente através de profissionais polivalentes munidos de meios técnicos adequados de participação;
12. Realçou-se a importância estratégica da Rádio, como meio de comunicação entre toda a população do Arquipélago, nomeadamente em casos de calamidade pública, havendo uma interligação e apoio total por parte da Autoridade de Proteção Civil;
13. Foi apontado com um dos motivos da deficiente prestação de serviço público de Televisão na Região, o desinvestimento feito no Centro Regional e demais Delegações, uma vez que as instalações não são adequadas, os equipamentos e a tecnologia são obsoletos e a estrutura de recursos humanos está desajustada das necessidades e sem formação, há bastante tempo;
14. Apontaram-se como soluções para tornar mais eficaz o modelo atualmente existente: (1) uma identificação de necessidades de recursos humanos e a sua formação técnica; (2) o redimensionamento da estrutura de efetivos de acordo com as necessidades da organização e das disponibilidades financeiras; (3) o investimento em tecnologia, utilizando, se possível, fundos comunitários disponíveis, para satisfazer este tipo de necessidades; (4) melhoria das instalações, visando a sua funcionalidade;
15. Em todos os aspetos relacionados com investimento foi referido que a indemnização compensatória contemplada em orçamentos anteriores vai terminar, ficando reduzido este à Contribuição do Audiovisual (CAV);
16. Se a CAV da Região for afetada em exclusivo ao orçamento da RTP Açores, e sendo esta inferior a 3 milhões de euros/ano, nem sequer chegaria para os compromissos salariais, o que merece ponderação.

#### **B – ANÁLISE DA DIREÇÃO:**

1. Apresentou como alternativa a construção de instalações novas de raiz em Ponta Delgada, e de novos Centros de Produção nas Ilhas Terceira e do Faial. Esta solução foi vista como de médio prazo, quando urge uma solução mais ágil e imediata;
2. Quanto à questão dos conteúdos discutiu-se a questão da falta de produção própria, consequência da falta de orçamento para tal. Esta é a razão apontada para a existência da RTP Açores como uma janela, pois nas 24 horas de emissão apenas entre as 17h30m e as 24h esta é assegurada pelo Centro Regional dos Açores. Neste período, muitos dos





programas emitidos são repetições, uma vez que a produção própria é escassa como se referiu;

3. Foi igualmente referido que o estrangulamento e o desinvestimento transformaram o Centro Regional num escritório de notícias, num centro de informação, pois contam atualmente nos quadros apenas com um realizador, não tendo assim meios para fazer uma cobertura eficaz dos eventos mais importantes;
4. Numa perspetiva de futuro não se poderá entender o Centro Regional dos Açores como uma mera Delegação. Há que garantir no futuro autonomia financeira, administrativa e, especialmente, editorial.

### C – ANÁLISE DOS TRABALHADORES:

1. Os trabalhadores estão preocupados com o futuro do Centro Regional dos Açores e com as soluções que vierem a ser encontradas, nomeadamente com a salvaguarda dos seus direitos;
2. Reconhecem que há uma distribuição desequilibrada dos profissionais da Rádio e Televisão, mas essa responsabilidade não lhe pode ser assacada;
3. Reconhecem também que o modelo e a gestão atual estão esgotados e que a realidade hoje é diferente, tornando-se imperioso haver uma mudança profunda, querendo saber qual o projeto para a RTP Açores e se o mesmo é ou não exequível;
4. Qual a missão? Uma janela? Um estúdio em cada Ilha? Há que definir que serviço público se pretende prestar. É este projeto que irá determinar que instalações são necessárias, que meios humanos a alocar e que meios tecnológicos deverão ser disponibilizados;
5. Em termos de formação há muito a fazer, pois o investimento nesta área tem sido diminuto, sendo esta de importância estratégica face à saída de muitos profissionais qualificados que não foram devidamente substituídos. Tome-se como exemplo a existência nos quadros de pessoal de apenas um realizador, o que limita drasticamente a capacidade de cobertura dos acontecimentos da Região Autónoma;
6. Em termos editoriais foi referida uma demasiada “partidarização”, sendo feita no Telejornal regional referência, em primeiro lugar, à atividade do Governo e só depois à restante informação;



7. Queixam-se, igualmente, da falta de orçamento para a produção, com os cortes feitos onde não se investiu, e da venda de património cujas receitas não foram afetadas ao Centro Regional.

#### **D – EM SÍNTESE:**

- a) A imagem global do serviço público de televisão e rádio regional, é apontada como centralista e deficitária em termos de conteúdos e de divulgação de eventos regionais;
- b) As questões de falta de meios técnicos, humanos e de instalações, são recorrentes, sendo colocadas há vários anos, sem que tenha sido encontrada uma solução viável para a sua resolução;
- c) Há uma necessidade urgente de definir em que moldes a RTP Açores deve atuar, no que à arquitetura do futuro projeto diz respeito, no seu financiamento e dos meios necessários;
- d) Existe um largo consenso, quer em termos políticos quer em termos da sociedade civil, para a necessidade de reestruturação do serviço público de rádio e televisão, sendo apontados vários cenários possíveis;
- e) Destaca-se uma clara necessidade de uma maior intervenção da Sociedade Civil.

#### **E – CONCLUSÕES:**

- A. Mais de 90% das críticas apresentadas de diversas formas, nomeadamente na comunicação social regional, envolvem questões meramente administrativas e financeiras;
- B. A existência e insistência do modelo governativo do Centro Regional (Empresa regional de capitais totalmente públicos ou mistos) não foi acompanhada da apresentação de um projeto que modelasse verdadeiramente uma Rádio e Televisão regionais, ao serviço da Região Autónoma e da sua diáspora;
- C. A solução de novas instalações tem de ser vista como uma medida a médio prazo, que não pode, nem deve, impedir que se definam e executem projetos de raiz regional;
- D. A melhoria de equipamentos e meios tecnológicos, a redistribuição de recursos humanos e a sua formação intensiva, acrescida de inovação e criatividade na produção de conteúdos, serão a melhor resposta para conciliar os açorianos com a sua Rádio e Televisão regionais;
- E. A autonomia administrativa e financeira do Centro Regional, aliada a uma capacidade de decisão célere e responsabilização pelos projetos apresentados, poderá responder de

